

ALUNOS COM BAIXA VISÃO E PROFESSORES DURANTE
O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL*STUDENTS WITH LOW VISION AND TEACHERS DURING
EMERGENCY REMOTE TEACHING**Beatriz Alves de Deus BISPO*

Mestranda em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Paulo, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-9936-6875> |  beatrizadb@estudante.ufscar.br*Carolina Severino Lopes da COSTA*

Doutora em Educação Especial. Professora Adjunta do departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Paulo, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-6945-2879> |  carolinacosta@ufscar.br*Vanessa Cristina PAULINO*

Doutora em Educação Especial. Técnica em Assuntos Educacionais do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Paulo, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-0063-0355> |  vanessa.paulino@ufscar.br

BISPO, Beatriz Alves de Deus; COSTA, Carolina Severino Lopes da; PAULINO, Vanessa Cristina. *Alunos com baixa visão e professores durante o ensino remoto emergencial*. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 11, n. 2, e0240019, 2024.

RESUMO: no contexto de pandemia da Covid-19, foram criadas medidas de enfrentamento ao vírus, como o distanciamento social, que fizeram com que escolas e demais instituições de ensino suspendessem suas atividades presenciais, aderindo ao Ensino Remoto Emergencial (ERE). A realização de adaptações e o uso de diferentes estratégias de ensino foram necessários e considerou-se relevante compreender como professores da classe comum e de Educação Especial alunos com Deficiência Visual (DV), mais especificamente com baixa visão, lidaram com as particularidades do ERE. O objetivo do presente trabalho foi analisar características do ERE aos alunos com DV matriculados no ensino fundamental II e ensino médio, durante a pandemia. Trata-se de uma pesquisa descritiva com caráter exploratório, na qual a coleta de dados foi realizada online, por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, via Google Meet. Os dados coletados foram submetidos à análise textual de conteúdo, interpretados e organizados em categorias. Obteve-se informações sobre como os alunos com baixa visão acessaram os conteúdos nas aulas remotas, quais plataformas eram mais e menos acessíveis, a atuação dos professores e o trabalho remoto, utilizando o *Google Meet* como plataforma principal de acesso às aulas. Os dados permitem ampliar a compreensão das vivências de professores da classe comum, de Educação Especial e de estudantes com baixa visão sobre o ERE durante a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Deficiência visual. Ensino remoto emergencial. Professores. Pandemia de Covid-19.

ABSTRACT: in the context of the Covid-19 pandemic, measures were created to combat the virus, such as social distancing, which caused schools and other educational institutions to suspend their face-to-face activities, adhering to Emergency Remote Teaching (ERT). Adaptations and the use of different teaching strategies in this context were necessary and it was considered relevant to understand how regular class and Special Education teachers and students with Visual Impairment (VI) dealt with the particularities of the ERT. The objective of the present study was to analyze the characteristics of the ERE for students with VI enrolled in elementary school II and high school, during the pandemic. This is a descriptive exploratory research, in which data collection was carried out online, through interviews with a semi-structured script, via Google Meet. The collected data were submitted to textual content analysis, interpreted and organized into categories. Information was obtained on how students with low vision accessed content in remote classes, which platforms were more and less accessible, how teachers acted and remote work, using Google Meet as the main platform for accessing classes. The data allow us to broaden the understanding of the experiences of regular class teachers, Special Education teachers and students with low vision about ERT during the Coronavirus pandemic.

KEYWORDS: Special education. Visual Impairment. Emergency remote teaching. Teachers. Covid-19 Pandemic.

 <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2024.v11n2.e0240019>

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

ALUNOS COM BAIXA VISÃO E PROFESSORES DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

STUDENTS WITH LOW VISION AND TEACHERS DURING EMERGENCY REMOTE TEACHING

Beatriz Alves de Deus BISPO¹

Carolina Severino Lopes da COSTA²

Vanessa Cristina PAULINO³

RESUMO: no contexto de pandemia da Covid-19, foram criadas medidas de enfrentamento ao vírus, como o distanciamento social, que fizeram com que escolas e demais instituições de ensino suspendessem suas atividades presenciais, aderindo ao Ensino Remoto Emergencial (ERE). A realização de adaptações e o uso de diferentes estratégias de ensino foram necessários e considerou-se relevante compreender como professores da classe comum e de Educação Especial e alunos com Deficiência Visual (DV), mais especificamente com baixa visão, lidaram com as particularidades do ERE. O objetivo do presente trabalho foi analisar características do ERE aos alunos com DV matriculados no ensino fundamental II e ensino médio, durante a pandemia. Trata-se de uma pesquisa descritiva com caráter exploratório, na qual a coleta de dados foi realizada online, por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, via Google Meet. Os dados coletados foram submetidos à análise textual de conteúdo, interpretados e organizados em categorias. Obteve-se informações sobre como os alunos com baixa visão acessaram os conteúdos nas aulas remotas, quais plataformas eram mais e menos acessíveis, a atuação dos professores e o trabalho remoto, utilizando o *Google Meet* como plataforma principal de acesso às aulas. Os dados permitem ampliar a compreensão das vivências de professores da classe comum, de Educação Especial e de estudantes com baixa visão sobre o ERE durante a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Deficiência visual. Ensino remoto emergencial. Professores. Pandemia de Covid-19.

ABSTRACT: in the context of the Covid-19 pandemic, measures were created to combat the virus, such as social distancing, which caused schools and other educational institutions to suspend their face-to-face activities, adhering to Emergency Remote Teaching (ERT). Adaptations and the use of different teaching strategies in this context were necessary and it was considered relevant to understand how regular class and Special Education teachers and students with Visual Impairment (VI)

¹ Mestranda em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Paulo, Brasil. E-mail: beatrizadb@estudante.ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9936-6875>

² Doutora em Educação Especial. Professora Adjunta do departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Paulo, Brasil. E-mail: carolinacosta@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6945-2879>

³ Doutora em Educação Especial. Técnica em Assuntos Educacionais do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Paulo, Brasil. E-mail: vanessa.paulino@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0063-0355>

dealt with the particularities of the ERT. The objective of the present study was to analyze the characteristics of the ERE for students with VI enrolled in elementary school II and high school, during the pandemic. This is a descriptive exploratory research, in which data collection was carried out online, through interviews with a semi-structured script, via Google Meet. The collected data were submitted to textual content analysis, interpreted and organized into categories. Information was obtained on how students with low vision accessed content in remote classes, which platforms were more and less accessible, how teachers acted and remote work, using Google Meet as the main platform for accessing classes. The data allow us to broaden the understanding of the experiences of regular class teachers, Special Education teachers and students with low vision about ERT during the Coronavirus pandemic.

KEYWORDS: Special education. Visual Impairment. Emergency remote teaching. Teachers. Covid-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

Os dados do Relatório Mundial da Visão (2021) indicam que existe pelo menos 2,2 milhões de pessoas com deficiência visual no mundo. Segundo Torres, Costa e Lourenço (2016) é caracterizada como uma deficiência sensorial, dividida em pessoas com baixa visão, que possuem uma alteração da capacidade funcional da visão, e pessoas com cegueira, que se trata da perda total da visão, até a ausência de projeção de luz.

As pessoas com deficiência visual, assim como todas as outras pessoas, enfrentaram e algumas ainda enfrentam limitações diversas impostas por uma pandemia que teve início do ano de 2020: da Covid-19, que é uma infecção respiratória causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), bastante grave e de elevada transmissibilidade (Brasil, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (Brasil, 2021) declarou, em 11 de março de 2020, o surto de Covid-19 como pandemia e diante da emergência ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2, o Ministério da Saúde do Brasil criou medidas de enfrentamento do vírus, como distanciamento social. A necessidade do isolamento social, com o objetivo de evitar aglomerações, fez com que as escolas e demais instituições de ensino suspendessem suas atividades presenciais.

Então, foi nesse cenário de pandemia que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi iniciado pelas escolas e universidades. Foi utilizado neste momento, o termo “ensino remoto emergencial” e não o “ensino à distância”, e isso tem uma explicação. Charczuk (2020) faz uma diferenciação entre os termos, afirmando que, mesmo que ambos utilizem plataformas e recursos digitais, o ensino remoto é uma ação pedagógica e não uma modalidade de ensino, como no caso do ensino à distância. No ERE acontece apenas a transposição do ensino presencial para o ensino online e nele não há um planejamento prévio, e sim, a mudança e adaptação do que foi planejado para ser realizado presencialmente, tratando-se por isso de um ensino emergencial e temporário.

Lopes e Carvalho Junior (2021), inclusive, compreendem o ensino remoto como uma precarização do Ensino à Distância, uma vez que não conta com a capacitação dos professores, apoio de tutores, dentre outros. Ainda, a respeito do ensino remoto, Junior

e Monteiro (2020) citam a importância da compreensão do professor sobre o seu papel, sabendo que o uso da tecnologia por si só, nem sempre é suficiente e nem tampouco acessível, logo, o professor precisa mediar esse processo de aprendizagem para todos os alunos e atender às necessidades específicas de cada um.

Adotar o ensino remoto emergencial, segundo Natividade et. al (2020), aprofundou as desigualdades sociais já existentes no Brasil, principalmente do que diz respeito ao acesso à internet e tecnologias, podendo levar à descontinuidade do aprendizado, que afeta desproporcionalmente os estudantes em condições econômicas mais precárias. Carvalho Junior e Lupetina (2021) afirmam que o ERE não contemplou com igualdade a todos os estudantes, aumentando ainda mais o processo de exclusão, seja de alunos com deficiência, como de estudantes com baixa renda ou que não têm acesso à internet.

No caso dos alunos com deficiência, Reis, Santos e Nunes (2022) afirmam que a inclusão dos alunos com deficiência deve ser pautada em um trabalho conjunto, que envolva a todos os alunos, possibilite a participação ativa nas propostas desenvolvidas, juntamente com os demais da turma, com o foco na aprendizagem e não seja pensada apenas, enquanto função, na elaboração de atividades específicas para os mesmos.

Somando-se a isso, quando se trata da inclusão de alunos com deficiência, é necessário conhecer a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI 131146/2015 (Brasil, 2015), que é um importante marco legal, baseado na igualdade do exercício dos direitos da pessoa com deficiência. E para que a inclusão aconteça, é imprescindível que exista acessibilidade no contexto escolar, que, segundo a LBI (Brasil, 2015) e a Lei nº 10.098 (Brasil, 2000), trata-se da possibilidade de uso, com autonomia e segurança, de lugares, equipamentos, mobiliários, edificações, transportes, sistemas e meios de informação, tecnologias e comunicação, por parte da pessoa com deficiência.

Segundo Rios et al. (2016), fica clara a necessidade de se garantir, em caso de ser remoto, um curso acessível, com disponibilização dos materiais, do conteúdo de forma completa e com antecedência e dos comandos e explicações, a partir de uma plataforma acessível, garantindo ao estudante autonomia e aprendizagem.

Para Sugahara, Ferreira e Branchi (2021), a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas remotas, depende de adequações das plataformas de ensino às características, dificuldades e habilidades de cada um, de modo que consiga exercer sua autonomia no próprio processo de ensino e aprendizagem. Assim, apenas a reprodução das práticas e técnicas pedagógicas utilizadas no ensino presencial, no ambiente virtual não é suficiente, existindo a necessidade de construção de novas posturas, que busquem minimizar o impacto da ausência de interações aluno-aluno e aluno-professor.

É essencial pensar também em uma proposta colaborativa com professores especializados, como ter o apoio de um educador especial, pois a parceria para elaboração de conteúdos e instrumentos que visem a aprendizagem das pessoas com deficiência, implica em uma busca constante de equidade no ensino. Nesse sentido, vale ressaltar o ensino colaborativo, que de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) é definido como trabalho e parceria entre professor de Educação Especial e os professores de classe comum, cada um com seus conhecimentos específicos. Nessa parceria, ambos são responsáveis por planejar, executar, tomar decisões, pensar em estratégias e avaliar o ensino de um grupo de estudantes.

Assim, no que diz respeito ao ensino, tanto presencial, quanto remoto dos alunos com deficiência visual, Lopes e Carvalho Junior (2021) destacam que cada estudante é único e não se pode padronizar as estratégias utilizadas. Logo, os professores da sala de aula comum, juntamente com os educadores especiais, como dito anteriormente, devem fazer uso de recursos como audiodescrição⁴ de vídeos, imagens e do que está sendo apresentado durante as aulas remotas, além de disponibilizar documentos acessíveis e materiais com antecedência, de acordo com a especificidade de cada aluno.

A audiodescrição, segundo Motta (2012) é importante no rompimento de barreiras comunicacionais, permitindo que os estudantes com deficiência visual, dislexia, deficiência intelectual e todos os demais, acessem o conteúdo dos livros, vídeos, filmes. Pensando especificamente no estudante com DV, para sua plena participação nas atividades, pode ser necessário apenas realizar pequenas adaptações, como ampliações ou ajustes que deixem a atividade mais acessível para o aluno, mais próxima de suas necessidades, habilidades e possibilidades de acesso à informação.

Lima (2020) argumentou que audiodescrições e descrições são alternativas de como auxiliar os alunos com cegueira ou com baixa visão nas aulas remotas. Para isso, os professores podem ter um contato mais direto com o aluno, por exemplo, via *WhatsApp*, aplicativo por meio do qual pode descrever em áudio as figuras, tornando assim sua aula muito mais acessível e facilitando a compreensão por parte do aluno. O autor enfatiza o *WhatsApp* como um excelente aliado dos professores de alunos com deficiência visual. Reis, Santos e Nunes (2022) complementam citando a importância do uso de materiais acessíveis para alunos com DV mais voltados para o âmbito prático tátil, como o ensino com materiais em alto relevo: mapas, gráficos, maquetes. Tais materiais oferecem recursos concretos para auxiliar na compreensão de conceitos.

A respeito da baixa visão, de acordo com Amiralian (2004), é uma dificuldade visual que possui graus diversos, podendo implicar na diminuição do desempenho visual, mas que, de forma alguma, conduz a uma compreensão de como a pessoa enxerga, como aprende, compreende ou organiza sua percepção.

⁴ Recurso que transforma conteúdos audiovisuais como imagens, vídeos, filmes, em palavras.

A autora afirma que podem existir algumas limitações que se relacionam à acuidade visual, que nada mais é que a clareza e nitidez com que se enxerga, ao campo visual, à adaptação ao escuro, à luz, à presença de contrastes, à como a pessoa percebe as cores, logo, essa condição é bastante heterogênea. Sendo assim, é necessário estar ciente sobre a presença de visão residual que pode ser estimulada e se atentar ao fato de que cada indivíduo apresenta um quadro único de necessidades, de habilidades já desenvolvidas ou que precisam de mais atenção, já que qualquer resíduo visual pode ser utilizado na realização de diversas tarefas.

Em relação aos estudantes com baixa visão, de acordo com Costa e Pualino (2023), a maioria aprende a ler e escrever à tinta, fazendo uso do resíduo visual, e vale lembrar que cada um possui suas particularidades, a partir das quais o professor deve se atentar para suas tomadas de decisões em relação ao processo educacional. Para saber todas essas informações, é necessário haver a participação da família e principalmente do estudante.

Então, visando compreender as diferentes formas de adaptação de professores e estudantes com deficiência visual à situação da pandemia, mais especificamente ao formato do ERE, foi feita uma revisão bibliográfica nas bases de dados da SciELO, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Revista Benjamim Constant e pesquisa avançada do Google Acadêmico com palavras-chave e combinações com operadores booleanos específicos e de acordo com o objetivo da pesquisa, como segue: “deficiência visual” AND “ensino remoto”, “deficiência visual” AND “pandemia”, “deficiência visual” AND “covid-19”, “estudante com deficiência” AND “pandemia”, “estudante com deficiência” AND “ensino remoto”, sem delimitação de período.

Após a exclusão de pesquisas que não se referiam à temática específica da presente pesquisa, foram selecionados quatro estudos que serão brevemente descritos a seguir.

O estudo de Arlindo Fernando Paiva de Carvalho Junior e Raffaella de Menezes Lupetina (2021), intitulado “A educação de pessoas com deficiência visual em tempos de Covid-19”, abordou o ensino remoto do estudante com DV no contexto da pandemia. Trata-se de um ensaio analítico cujo objetivo foi refletir sobre a prática de professores de Educação Física que trabalharam com alunos com DV, durante a pandemia. Os autores fazem uma revisão de trabalhos que abordam a Educação Física para alunos com DV e o ensino remoto durante a pandemia e apresentam reflexões sobre estratégias pedagógicas, a presença e apoio da família, a importância de se fazer a audiodescrição e adaptações de materiais e citam algumas atividades a serem realizadas.

Nesse estudo, os autores trazem que alguns professores de Educação Física se preocuparam mais em assegurar aos estudantes a prática dos movimentos, em realizá-los em casa, seguida então de uma reflexão dos alunos sobre o que foi ensinado. Muitos não prepararam atividades diferenciadas para os estudantes com deficiência com DV, tanto com baixa visão, quanto com cegueira, no caso do estudo, enfatizando atividades práticas que envolvem o movimento corporal. Os autores afirmam que, principalmente para os estudantes com DV,

além do conteúdo teórico e o uso da audiodescrição para vídeos e imagens, elaborar situações que possibilitem trabalhar o desenvolvimento global do estudante, desde que o professor sempre dê as orientações aos estudantes com DV e faça parcerias com os responsáveis, quando possível. Outro destaque feito pelos autores envolve o ensino da orientação e mobilidade⁵, pois o professor pode:

[...] utilizar o contexto e realidade de cada estudante para auxiliar e promover sua autonomia de ir e vir com segurança. Atividades de conhecimentos corporale espacial podem ser realizadas, como, por exemplo, solicitar que os estudantes contem os móveis de sua sala de estar, que verifiquem quantas portas têm em sua casa, quantas janelas têm em seu quarto, que caminhem até o quintal e voltem, que verifiquem se há desníveis no chão. [...] Outros conceitos psicomotores e referentes à OM podem ser desenvolvidos por meio de atividades de equilíbrio e conhecimento corporal que estimulem o desenvolvimento da noção de espaço e tempo por meio dos sentidos remanescentes como andar sobre uma corda com variações de deslocamentos e velocidades, arremessar e buscar uma bola (com guiso, preferencialmente), danças em diferentes ritmos e estilos (Lopes e Carvalho Junior, 2021, p. 163).

Vale destacar também o estudo de Joisilany S. dos Reis, Bianca Martins Santos e Ingrath N. da Costa Nunes (2022), intitulado “Aula de física para estudante deficiente visual durante a pandemia”, que compartilha a experiência de ensinar física, durante a pandemia, a um estudante com DV, matriculado no ensino médio, em uma escola regular no município de Rio Branco - AC. Na pesquisa é enfatizada a importância de contemplar a todos, a partir da elaboração de sequências didáticas que permitam a compreensão, participação com os demais da turma e total acompanhamento por parte do aluno com DV. As aulas também aconteceram no formato remoto, devido a pandemia, com o grande uso do *Whatsapp* e Google Sala de Aula como apoio.

Os autores destacaram que os alunos com DV recebiam os materiais após adaptações, conforme a necessidade de cada um, realizadas pelo professor de Educação Especial; antes de serem disponibilizados para o aluno com DV, tais materiais passavam por uma série de cuidados, como por exemplo, gerar o arquivo em PDF para ser lido por leitores de tela e enviar o material com antecedência, além do uso de maquetes táteis, imagens em alto relevo, audiodescrição e o uso da mola maluca, no caso específico do conteúdo de física trabalhado (Reis; Santos; Nunes, 2022).

Já o estudo de Rodrigo P. de Albuquerque Lima (2020), cujo título é “A aprendizagem de língua inglesa de alunos cegos e com baixa visão em um contexto da pandemia”, buscou compreender a aprendizagem de língua inglesa, envolvendo o ensino remoto, o uso de

⁵ Conjunto de ações, técnicas e conhecimentos que são desenvolvidos com o indivíduo com DV, em busca de estimular sua autonomia pensando em seu direito de ir e vir.

tecnologias e a atuação dos professores, assim como suas estratégias em relação ao aluno com DV nas aulas. A pesquisa, baseada em entrevistas semiestruturadas com quatro alunos com deficiência visual, sendo dois cegos e dois com baixa visão, matriculados em um curso de inglês, apresenta relatos dos alunos sobre o ensino remoto e suas impressões. Os resultados foram organizados em duas categorias, uma voltada para a acessibilidade das aulas remotas e outra sobre a aprendizagem durante as aulas, tratando do ensino remoto de forma geral e não apenas das aulas de inglês.

Com isso, no contexto da pesquisa, as aulas eram enviadas pelo *Google Classroom*, a partir de temas e também pelo *WhatsApp*, por meio de áudios, diferente do ensino remoto visto até o momento. E, nesses casos, tanto as aulas quanto as atividades enviadas pelos professores não foram consideradas acessíveis pelos alunos, pois era difícil acompanhar os assuntos. A respeito das aulas de inglês, por serem aulas “ao vivo” (conhecidas como aulas síncronas no contexto do ensino remoto), os alunos gostavam bem mais. Nesse contexto pesquisado, segundo os relatos, a aprendizagem dos alunos com DV foi complicada, pois os alunos não recebiam auxílio dos professores.

No mesmo sentido, o trabalho de Carvalho Junior e Lupetina (2021) se trata de uma revisão e tem como objetivo refletir sobre a educação de pessoas com DV no contexto da pandemia. O artigo traz uma breve contextualização da situação no estado do Rio de Janeiro, no período de pandemia e fala sobre o início do ensino remoto, juntamente com características e dificuldades da educação e aprendizagem de alunos com DV.

Com isso, os autores retratam a exclusão do público alvo da educação especial, devido à falta de acessibilidade e planejamento na educação virtual. No artigo também são feitos apontamentos, como a capacitação de professores para trabalhar remotamente, uso de recursos específicos para o público-alvo, como a audiodescrição, disponibilizar documentos acessíveis aos leitores de tela⁶, além de envolver a família quando possível, oferecendo orientações que facilitem a mediação aluno-professor e a realização das atividades.

Então, com o levantamento de pesquisas aqui realizado, foi possível exemplificar um pouco sobre do que a pessoa com deficiência visual no contexto da pandemia, juntamente com a situação do ensino e aprendizagem desses alunos. Sendo assim, o objetivo desta investigação foi compreender a oferta de Ensino Remoto Emergencial aos alunos com Deficiência Visual matriculados no ensino fundamental II e ensino médio, durante a pandemia da Covid-19, sob a perspectiva dos alunos com Deficiência Visual entrevistados e de professores da sala comum e da Educação Especial.

⁶ Software utilizado por pessoas com deficiência visual, dislexia e outras necessidades, que interage com o sistema operacional do computador ou celular, capturando as informações em forma de texto e transformando-as em áudio através de um sintetizador de voz.

MÉTODO

Esse trabalho se trata de uma pesquisa descritiva com caráter exploratório, pois, de acordo com Gil (2002) há a intenção de descrever determinadas características de uma população, no caso, o ensino remoto durante a pandemia, sob a perspectiva de estudantes com DV, e também de professores que trabalham com esse público. Busca aproximar o leitor do assunto investigado, tornando alguns aspectos mais claros, a partir do levantamento de opiniões dos participantes, comentadas com pesquisas já realizadas.

Segundo Gil (2002), pesquisas descritivas e exploratórias, podem proporcionar uma nova visão ou ampliar algo que já existe, sobre um problema, e envolvem entrevistas com sujeitos que apresentam alguma relação ou experiência com o problema a ser investigado, como acontece neste trabalho.

PARTICIPANTES

A pesquisa contou com 11 participantes, quatro alunos com baixa visão, matriculados no ensino fundamental II e ensino médio de escolas públicas, compreendendo a faixa etária dos 16 aos 23 anos. Quatro professores da classe comum e três professores de Educação Especial, que tiveram alunos com deficiência visual matriculados em suas turmas durante o período de pandemia e ensino remoto. A seguir, nos Quadros 1 e 2, a caracterização dos participantes.

QUADRO 1 – Alunos com Deficiência Visual

Nome	Idade	Estado	Deficiência visual	Uso do Braille ⁷	Uso do leitor de tela	Escola comum ou Instituição	Ensino fundamental II ou médio
Aluno 1	20 anos	Rio de Janeiro	Cegueira no olho direito, pouca visão no olho esquerdo. Enxerga claro e escuro, vulto e letras na fonte 30	Sim	Não é necessário, utiliza apenas configuração de ampliação	Escola comum	Ensino Médio
Aluno 2	16 anos	Rio de Janeiro	Baixa visão. Enxerga claridade e vulto	Sim	Não é necessário	Escola comum	Ensino Médio

⁷ Este trabalho seguirá a recomendação da Comissão Brasileira do Braille, sobre a grafia da palavra para cada situação, presente no “PARECER SOBRE A GRAFIA DA PALAVRA “BRAILLE”, disponível em: http://antigo.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2005/edicao-31-agosto/Informe_31_2005.pdf “

Aluno 3	23 anos	Bahia	Baixa visão	Sim	Sim	Escola comum	Ensino Médio
Aluno 4	18 anos	Rio de Janeiro	Catarata Congênita. Olho direito tem 5% de visão e olho esquerdo 15%.	Sim	Não, utiliza apenas o celular no modo escuro.	Escola comum	Ensino Médio

Fonte: Autoria própria.

QUADRO 2 – Caracterização dos professores

Nome	Estado	Com ou sem deficiência	Classe comum ou instituição	Atuação	Deu aula para aluno com cegueira ou com baixa visão
PEESP1	Rio Grande do Norte	Com cegueira	Instituição	Informática acessível	Cegueira
PEESP2	Pará	Com cegueira	Classe comum	Coordenador de Educação Especial	Cegueira
PEESP3	Pará	Baixa visão	Instituição	Educação Especial	Cegueira
PCC1	Rio de Janeiro	Sem deficiência	Classe comum	Química	Cegueira
PCC2	São Paulo	Sem deficiência	Classe comum	Ciência	Baixa visão
PCC3	São Paulo	Sem deficiência	Classe comum	Matemática	Baixa visão
PCC4	São Paulo	Sem deficiência	Classe comum	Inglês	Baixa visão

Fonte: autoria própria.

A respeito das características dos participantes, é importante destacar que os professores de Educação Especial entrevistados para a pesquisa também são pessoas com deficiência visual, em sua maioria, pessoas com cegueira. Professores da área, videntes⁸, não

⁸ Pessoas sem deficiência visual.

entraram em contato ou não foram encontrados pela pesquisadora no período de busca de participantes.

Após aprovação no Comitê de Ética⁹, os participantes foram mapeados de forma *online*, via redes sociais, grupos do *Facebook*, e-mail e posteriormente por *WhatsApp*, meios pelos quais a pesquisadora explicou os objetivos da pesquisa e como os dados seriam coletados, sanando quaisquer dúvidas dos possíveis participantes. As entrevistas seguiram dois roteiros semiestruturados, um específico aos alunos com DV e outro aos professores, da sala comum e de Educação Especial, de alunos com DV.

Então foram marcadas de acordo com a disponibilidade dos participantes e realizadas nos dias combinados. No dia da entrevista, minutos antes, a pesquisadora enviou os *links* das reuniões via *WhatsApp* e as entrevistas foram gravadas via *Google Meet*, todas seguiram o roteiro semiestruturado elaborado pela pesquisadora. A pesquisadora assegurou aos participantes, sigilo e confidencialidade de todas as informações coletadas.

Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos, organizados em documentos individuais e posteriormente em três documentos, um para todos os alunos, outro para professores de classe comum e outro para professores de Educação Especial, unindo as respostas dos participantes por blocos de questões.

Tais blocos foram submetidos à análise textual discursiva, que segundo Moraes e Galiazia (2006), se trata de uma abordagem utilizada na pesquisa qualitativa, baseada na investigação, para analisar dados a partir do conteúdo e do discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise textual discursiva e categorização das respostas dos entrevistados, foi realizada a separação em dois blocos temáticos, Bloco 1: perspectiva dos professores de classe comum e de Educação Especial e Bloco 2: perspectiva dos alunos com deficiência visual e dentro de cada bloco, foram criadas categorias.

PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DE CLASSE COMUM SOBRE O ENSINO REMOTO

Do total de participantes, três dos dois professores de Educação Especial entrevistados, acharam que ministrar aulas durante o ensino remoto para o aluno com DV

⁹ Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFSCar (CAAE: 51918221.0.0000.5504. A pesquisadora enviou por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), de acordo com a idade do participante, para a obtenção da anuência à participação na pesquisa feita de forma virtual.

era algo estressante e desafiador, enquanto os demais professores, incluindo agora os de classe comum, acharam o momento mais tranquilo, afirmando que seu aluno com DV era bastante participativo e esforçado. A falta de acesso à internet e do domínio do uso de computadores por parte dos alunos, foram dificultadores do ensino remoto para o público com DV, segundo os professores.

De acordo com o relato dos professores de classe comum, foi dada uma ênfase sobre a questão da presença da família como um diferencial para o desenvolvimento acadêmico do aluno com Deficiência Visual. No sentido de receber apoio durante as aulas no ensino remoto, apenas o PEESP2 afirmou ter trabalhado com professores de classe comum, pois ele é coordenador da área de Educação Especial das escolas de um município de grande porte do norte do país. Segundo ele, há trabalhos de sensibilização e formação continuada com os professores de sala regular e nessa parceria, pensavam em como adaptar atividades. Em relação aos demais, não houve parceria ou contato entre professores da classe comum e professores de Educação Especial durante ensino remoto, vide percentual na Tabela 1.

TABELA 1 – Parceria entre professores da classe comum e professores de Educação Especial

Nº de respostas		% total
Houve parceria	1	14
Não houve parceria	6	86
TOTAL	7	100

Fonte: autoria própria.

Vale destacar, que o PEESP3 relatou ter trabalhado de forma diferenciada, pois existiu uma parceria entre os próprios professores de Educação Especial de seu contexto, em um grupo composto por três professores videntes e o professor entrevistado, com cegueira. O grupo planejava conjuntamente as atividades e aulas que seriam ministradas, na instituição, para os alunos com cegueira e o professor dava o *feedback* das atividades como pessoa com cegueira, em relação à acessibilidade. Ele era “a ponte” entre os professores de Educação Especial videntes e os alunos com cegueira, recebendo primeiro as atividades e verificando se estavam acessíveis e de fácil compreensão para os alunos.

Com isso, a parceria entre o professor especializado e os professores de classe comum, citada acima, exemplifica o ensino colaborativo e mostra que essa forma de trabalho permite trocas importantes e possibilita apresentar aos estudantes um currículo acessível.

Em relação ao ensino remoto, de acordo com a frequência de respostas dos professores, a plataforma mais utilizada foi o *Google Meet* (40% de respostas), para realização das aulas síncronas, seguido pelo *WhatsApp* (33,3% de respostas), para comunicação com os alunos nos grupos de sala, envio de *links* de aulas e, no caso dos professores de Educação Especial (professores com DV), utilizavam esse canal para dar o retorno das atividades.

TABELA 2 – Plataformas utilizadas para as aulas remotas

Plataformas	Frequência de respostas	Total %
<i>Google Meet</i>	6	40
<i>WhatsApp</i>	5	33,3
Centro de Mídias	2	13,3
E-mail	1	6,7
<i>Google Forms</i>	1	6,7
TOTAL	15	100

Fonte: autoria própria.

A respeito do formato sobre como o conteúdo trabalhado com as turmas foi enviado para os alunos com DV, a Tabela 3 mostra que o formato de texto foi o mais utilizado, seguido de texto e vídeos.

TABELA 3 – Como o conteúdo era passado para os alunos com DV

Formato	Frequência de respostas	Total (%)
Texto	3	43
Texto e vídeo	2	29
Vídeo e áudio	1	14
Braille, vídeo e áudio	1	14
TOTAL	7	100

Fonte: autoria própria.

Além do formato dos materiais enviados, foi investigado a respeito da realização ou não de adaptações no conteúdo ou atividades, para os alunos com DV. A Tabela 4 mostra que

aproximadamente 88% dos professores entrevistados afirma que ofertava o mesmo conteúdo para os alunos com DV, realizando apenas a ampliação ou descrição de imagens, quando necessário.

TABELA 4 – Adaptações de conteúdo para os alunos com DV

Frequência das respostas		Total(%)
Mesmo conteúdo	7	87,5
Conteúdo adaptado	1	12,5
TOTAL	8	100

Fonte: autoria própria.

Os dados aqui encontrados vão ao encontro com o que Masini (2013) reitera sobre o fato dos professores não precisarem oferecer atividades distintas para alunos com deficiência visual, pois o aluno pode ter acesso ao currículo da mesma forma que os demais, com diferenciação apenas no uso de recursos, procedimentos e materiais adaptados às necessidades de cada aluno com DV, além da ‘velocidade’ com que algumas atividades e conteúdos devem ser trabalhados.

Sobre isso, o PEESP2 afirma que enviava tanto material adaptado, quanto material sem qualquer adaptação para seu aluno com cegueira, pois segundo ele, devido a grande defasagem de aprendizagem do aluno com DV, a ampliação era insuficiente, sendo necessário também trabalhar conteúdos e habilidades anteriores ao que a turma aprendia no momento.

Os dados de estratégias de ensino e adaptações dos professores de Educação Especial, que por coincidência são pessoas com cegueira, merecem ser destacados, por não se tratar apenas de ampliação ou descrição de imagens. Eles mostraram-se mais sensíveis e específicos ao acesso do aluno ao conteúdo, ao seu domínio tecnológico, como pode ser observado no Quadro 1.

QUADRO 3 – Estratégias e adaptações feitas pelos professores de Educação Especial

Participantes	Estratégias e adaptações
PEESP1	“A estratégia principal é o domínio do leitor de tela e que ele consiga dominar o teclado e o máximo possível de atalhos né, no caso o aluno cego.”
PEESP2	“[...] no acesso à tecnologia, que muitos deles tinham facilidade de compreender o Braille, mas muitos não tinham esse domínio tecnológico de acessar um celular ou um computador, entrar na rede social, que nós estaremos ofertando esse conhecimento [...] Eu tinha que mostrar tutoriais de como acessar esse conteúdo, não só de uma forma teórica, mas também prática, mostrando como acessar esses conteúdos por meio da varredura dos dedos, como utilizar o NVDA ¹⁰ , Talkback ¹¹ , e o próprio Dosvox ¹² , tinha que mostrar na prática “aperta a tecla D, aperta isso aqui. Vá direita para a esquerda, toca num ícone tal”.
PEESP3	“[...] fazer com que ele acessasse o conteúdo de forma auditiva mesmo, justamente pela questão da especificidade do Braille [...]

Fonte: autoria própria.

Nota-se que os professores com cegueira não dão ênfase na ampliação do material, pois já o preparam com os detalhes necessários, pensando mais em como o aluno irá acessar o conteúdo de forma remota, em casa e com autonomia.

Agora, pensando no fato de que grande parte dos professores trabalhavam o mesmo conteúdo, como é indicado na literatura, foi investigado a respeito de como o aluno com DV foi avaliado durante o ensino remoto. Os métodos avaliativos foram bastante diversos por parte dos professores de Educação Especial.

O PEESP1 avaliou o comportamento e participação durante as aulas, o uso do Word¹³ e do McDaisy¹⁴, além da leitura do aluno. Já o PEESP2, sendo professor de aluno com cegueira, procurou fazer a mesma avaliação, contendo o mesmo conteúdo, que a turma fez, fazendo a descrição de imagens das charges, dos gráficos, de desenhos complexos para os alunos com DV. Já o PEESP3, também professor de aluno com cegueira, avaliava os alunos com DV a partir da leitura individual de cada um, como no seguinte recorte “se

¹⁰ NonVisual Desktop Access. Leitor de tela que possibilita que usuários com deficiência visual acessem e interajam com o sistema operacional Windows e outros aplicativos.

¹¹ Leitor de tela do Google incluso em dispositivos Android.

¹² Sistema para computadores que se comunica com o usuário via síntese de voz.

¹³ Programa de computador utilizado para criar e editar textos.

¹⁴ Recurso de acessibilidade que possibilita gerar livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado.

nós quiséssemos um retorno em Braille¹⁵, nós pedíamos para eles lerem com as simbologias correspondentes com as palavras em tinta, se fosse questionário de textos, eles respondiam por áudio ou vídeo.” (FALA DO PEESP3).

Quanto a avaliação realizada pelos professores de classe comum, uma das professoras, a PCC1, que tem em sua turma um aluno com cegueira, avaliava os alunos, no geral, por um trabalho escrito, um simulado sobre o conteúdo e uma auto avaliação. Os demais professores de classe comum, que trabalharam com uma aluna com baixa visão, a avaliavam da mesma forma que os demais, como exemplo a fala da PCC2 “ela não tem nenhuma dificuldade cognitiva, acerta grande parte das questões, inclusive questões que não foram tão bem respondidas pelos outros colegas.” e da PCC4 “O dela era sempre ampliado, a mesma prova, porém ampliada”

PERSPECTIVA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL A RESPEITO DAS AULAS NO FORMATO DO ENSINO EMERGENCIAL REMOTO

De acordo com os dados, a partir das respostas dos alunos, 75% dos entrevistados preferem o ensino presencial. Relatam dificuldade de prestar atenção nas aulas, estando em casa e sozinhos, sentem falta da convivência dos amigos e do incentivo dos pares e professores para a realização das atividades.

Apesar de não apontarem o acesso à tecnologia como um problema, o ALUNO1 citou a falta de acessibilidade de uma das plataformas utilizadas pela escola, dizendo que o “Moodle é uma plataforma confusa, difícil de mexer e encontrar tópicos”, e dificultou o processo de aprendizagem. Um aspecto positivo apontado nas entrevistas foi que, no ERE ele teve maior autonomia, pois os materiais eram enviados com antecedência no formato de texto (PDF) e, assim, era possível estudar sozinho, contando com ajuda dos professores para a realização de descrição e explicação de imagens, quando estavam presentes no conteúdo.

A Tabela 5 mostra quais equipamentos foram utilizados pelos alunos para assistir às aulas.

¹⁵ Sistema de escrita e leitura tátil, organizado em seis pontos em relevo, dispostos na vertical em duas colunas de três pontos cada, a “cela Braille”, que permite a formação de 63 combinações e é utilizado por pessoas cegas. Tal sistema foi inventado pelo francês Louis Braille.

TABELA 5 – Equipamentos utilizados para acessar as aulas remotas

Número de respostas	
Computador	0
Celular e computador	2
Celular	2
TOTAL	4

Fonte: autoria própria.

O uso do computador, segundo a ALUNA1, facilitou o ensino e poderia ser utilizado no ensino presencial, já que os alunos com DV, mais especificamente os com baixa visão, utilizaram o computador para fazer anotações das aulas e depois ouviram o conteúdo para estudar, diminuindo o trabalho de copiar em seu caderno e posteriormente passar para o computador. Além disso, os participantes mencionam o uso do computador em aulas presenciais como facilitador, o fato de que digitam mais rápido no computador, em relação a sua escrita no papel ou em Braille; vale ressaltar que todos os alunos entrevistados, mesmo os com baixa visão, disseram dominar a escrita em Braille.

Concordando com os dados aqui levantados, o estudo de Oviedo-Cáceres et al. (2021) confirma, também a partir da fala dos participantes com DV, que o uso da tecnologia, como o computador, celular, e o acesso à internet, foram fundamentais para continuar as atividades escolares, visto como um facilitador que reduziu barreiras. Em contrapartida, o mesmo artigo relata que um participante com cegueira não acessou às aulas durante o ERE, pois não localizava todos os comandos do computador, e que o professor precisava silenciar seu microfone durante as aulas e ele se sentiu diferente dos demais.

Os dados da Tabela 6 mostram informações acerca das plataformas de acesso aos conteúdos/aulas utilizadas pelos participantes da pesquisa.

TABELA 6 – Plataformas utilizadas para acesso aos conteúdos e aulas do ERE

Plataformas	Frequência de respostas	Total(%)
<i>Google Meet</i>	4	50
<i>Classroom</i>	2	25
<i>Moodle</i>	2	25
TOTAL	8	100%

Fonte: autoria própria.

Todos os alunos entrevistados acessaram as aulas via *Google Meet*, as demais plataformas foram utilizadas pelos professores para enviar o conteúdo e também atividades e provas para as turmas, de forma geral. A opinião dos alunos a respeito dessas plataformas coloca o *Google Meet* como favorita dos alunos com DV.

Os alunos com DV, além de exporem suas opiniões e relatarem experiências durante o ERE, também deram sugestões do que pode ser feito para melhorar o ensino, como a importância dos professores estarem sempre preparados para lidar com as novidades e acontecimentos na escola, logo, a formação continuada de professores seria de grande relevância, ou pelo menos, minimizaria algumas barreiras identificadas. Acredita-se que a articulação entre o professor de Educação Especial com o professor da classe comum poderia ter favorecido fortemente na transição do ensino presencial para o ensino remoto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas aqui analisadas, pôde-se constatar que, tanto os professores de classe comum, quanto os de Educação Especial consideraram que o ERE foi uma medida necessária, mas que o ensino presencial oferece melhores condições de aprendizado para os alunos e de trabalho para os professores. Os alunos com deficiência visual também apontaram uma preferência pelo ensino presencial, com foco para a importância das relações interpessoais com professores e pares que são favorecidas nesse contexto.

Os alunos com deficiência visual acessaram o conteúdo e também as aulas, via computadores, por ter mais facilidade em abrir guias simultâneas e utilizar bloco de notas para anotações durante as aulas. Visto isso, pode-se citar o uso do computador como algo positivo do ensino remoto emergencial e que pode ser viabilizado para o ensino presencial.

Os professores salientaram que raramente era necessário trabalhar com conteúdos distintos ao do currículo com os estudantes com DV e a realização de adaptações, muitas vezes, já era suficiente. Segundo os alunos, realmente não havia necessidade de modificar o conteúdo, apenas o cuidado com as fontes, ampliações e descrição de imagens, gráficos e tabelas, já era suficiente, porém isso nem sempre acontecia.

O presente trabalho apresenta algumas limitações, como ter uma pequena amostra de participantes, por exemplo, os alunos entrevistados, todos terem baixa visão e não haver a participação de alunos com cegueira. Além de ter uma amostra bastante específica de professores de Educação Especial com cegueira e não contar com a participação de professores de Educação Especial videntes.

Não se deve esquecer o quão importante é conhecer e ouvir os alunos, saber quais são suas necessidades e adaptações necessárias, como a oferta de recursos, materiais, além da capacitação de professores e a atuação conjunta com professores de Educação Especial.

Tal atuação não foi observada no momento da pandemia de Covid-19, podendo ser uma lacuna a ser investigada no futuro, buscando maiores informações sobre o funcionamento do ensino colaborativo nas escolas, e principalmente, em relação a presença dos alunos com deficiência visual.

Conclui-se que os dados permitem ampliar a compreensão das vivências de professores da classe comum, de Educação Especial e de estudantes com baixa visão sobre o ERE durante a pandemia do Coronavírus. Seria importante a realização de pesquisas futuras que abordassem a questão do retorno ao formato presencial para verificar se medidas positivas realizadas durante o ERE têm sido implementadas para estudantes com baixa visão.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Sou cego ou enxergo? As questões da baixa visão. **Educar em Revista**, n. 23, p. 15–28, jan. 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/er/a/zrbZkRsyxJTVdv4BgXP8zVw/?format=pdf>> Acesso em 19 mar. 2024.
- BORGES, Tamires Coimbra Bastos.; SILVA, Silvana Maria Moura da.; CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa de. Inclusão Escolar e Deficiência Visual: dificuldades e estratégias do professor no ensino médio. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 2, p. 264 - 287. 2018. Disponível em <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/9538/5561>> Acesso em: 06 mai. 2021
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília. 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm> Acesso em 15 jun. 2021
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19. 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>> acesso em 12 mai. 2021.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual**. [4. ed.] / elaboração prof^a Marilda Moraes Garcia Bruno – consultora autônoma. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 81 p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>> Acesso em 03 jun. 2021
- CARVALHO JUNIOR, Arlindo Fernando Paiva de. A orientação e mobilidade nas aulas de educação física: saberes de experiência (des)construídos no Instituto Benjamin Constant. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 39–52, 2022. DOI: 10.36311/2358-8845.2022.v9n2.p39-52. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/13775>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- CARVALHO JUNIOR, Arlindo Fernando Paiva de.; LUPETINA, Raffaella de Menezes. A educação de pessoas com deficiência visual em tempos de Covid-19. **Benjamin Constant**, v. 27, n. 62, p. 1-15 e276201, 30 abr. 2021. Disponível em <<http://revista.ibr.gov.br/index.php/BC/article/view/794>> Acesso em 13 mai. 2021.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109145>. Acesso em 13 mai. 2021.

COSTA, Carolina Severino Lopes da.; Paulino, Vanessa Cristina. Deficiência visual: contextos e práticas educacionais. Documento eletrônico -- São Carlos : **EDESP-UFSCar**, 2022. 56 p. Disponível em < <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/dv-contextos-e-praticas.pdf>> Acesso em 19 mar. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, Verissimo Barros dos Santos; MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação e Covid-19: As tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia.

Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-15, jan./dez. 2020. Disponível em

<<https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8583>> Acesso em 18 mai. 2020.

LIMA, Rodrigo Pozzobon de Albuquerque. **A Aprendizagem de Língua Inglesa de Alunos Cegos e Com Baixa Visão em um Contexto de Pandemia**. 2020. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Paraíba. Paraíba. 2020. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18114/1/Rodrigo%20Pozzobon%20de%20Albuquerque%20Lima_vers%C3%A3o%20final.pdf> Acesso em 09 jun. 2021

LOPES, Carlos Eduardo Vaz.; CARVALHO JUNIOR, Arlindo Fernando Paiva de. Educação física escolar na pandemia: e os estudantes com deficiência visual? **Revista Didática Sistemática**, v. 23, n. 2, p. 154-168. 2021.

MASINI, Elcie. F. Salzano. O perceber de quem está na escola sem dispor da visão.

Educação e Saúde, v. 10. Cortez Editora, São Paulo, 2013.

MENDES, Eniceia Gonçalves.; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, AnaPaula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. EdUFSCar, São Carlos, SP: UFSCar, 2018.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **O uso da audiodescrição na escola**. São Paulo: Secretaria Municipal de São Paulo – educação especial, 2012. Disponível em <<http://vercompalavras.com.br/download/O-USO-DA-AUDIODESCRICAO-NA-ESCOLA1.pdf>>

MORAES, Roque.; GALIAZZIA, Maria do Carmo. Análise textual discursiva como ferramenta de análise de dados. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

NATIVIDADE, Marcio Santos. et al. Educação e desigualdades na pandemia da COVID-19: realidade e desafios para as políticas públicas brasileira. *In*: BARRETO, M. L.; PINTO JUNIOR, E. P.; ARAGÃO, E.; BARRAL-NETTO, M. (org.). **Construção de conhecimento no curso da pandemia de COVID-19**: aspectos biomédicos, clínico-assistenciais, epidemiológicos e sociais. Salvador: Edufba, 2020. v. 2. DOI: <https://doi.org/10.9771/9786556300757.027>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Visão**. 2021. Disponível em <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/328717/9789241516570-por.pdf>> acesso em 15 jun. 2021.

OVIEDO-CÁCERES, Maria del Pilar et al. Covid-19 Pandemic: Experiences of People with Visual Impairment. **Investigación y Educación en Enfermería**. 2021; vol. 39, n.1. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.iee.v39n1e09>. Acesso em 29 mar. 2023.

QUEIROZ, Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de.; MELO, Márcia Helena da Silva. Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência durante a pandemia do COVID-19. **Revista Educação Especial (UFSM)**, Santa Maria, v. 34, n. e35/1-24. 2021. Doi: <https://doi.org/10.5902/1984686X64174> Acesso em 04 out. 2021

REIS, Joisilany Santos dos; SANTOS, Bianca Martins.; NUNES, Ingrath Narrayany da Costa. Aula de física para estudante deficiente visual durante a pandemia. **REXE- Revista de Estudos y Experiencias en Educación**, [S. l.], v. 21, n. 47, p. 472–492, 2022. DOI: 10.21703/0718-5162202202102147025. Disponível em: <https://revistas.ucsc.cl/index.php/rexe/article/view/1652>. Acesso em: 29 mar. 2023.

RIOS, Gabriela Alias. et al. Cultura Inclusiva da Educação à Distância: Concepção de Cursos Acessíveis. **Journal of Research in Special Educational Needs**, Volume 16, Issue S1, p. 332-335. 2016. Disponível em <<https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12156>> Acesso em 31 out. 2021

SÃO PAULO. **Resolução SEDUC de 18-3-2020** – Homologando, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a deliberação cee 177/2020. Governo do estado de São Paulo. São Paulo, 2020.

SUGAHARA, Cibele Roberta; FERREIRA, Denise Helena Lombardo; BRANCHI, Bruna Angela. **Aprendizagem de alunos com deficiência no ensino remoto em tempos de pandemia**. I Congresso Latino-Americano de Desenvolvimento Sustentável. Pós Pandemia: como será o Mundo depois da crise? Evento Online. 2021. Disponível em <<https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/7842/form2222251832.pdf>> Acesso em 31. out. 2021.

TORRES, Josiane Pereira.; BORGES, Adriana Araújo Pereira. Educação Especial e a Covid-19: o exercício da docência via atividades remotas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 824-841, set./dez. 2020. Disponível em: < <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1205>>. Acesso em 15 mar. 2022.

TORRES, Josiane Pereira.; COSTA, Severino Lopes da.; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Substituição Sensorial Visuo-Tátil e Visuo-Auditiva em Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 605-618, Out.-Dez., 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n4/1413-6538-rbee-22-04-0605.pdf>> Acesso em 12 mai. 2021.